

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 21 de agosto de 2024 • Nº 1871 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CNJ

Regra para divórcio, inventário e partilha é alterada

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou ontem, uma alteração que permite que inventários, partilhas de bens e divórcios sejam feitos em cartório mesmo que envolvam menores de idade e pessoas incapazes. Até então, esses trâmites só podiam ocorrer sem passar pela Justiça

caso não houvesse menores e incapazes envolvidos no processo. A presença de advogado, no entanto, continua sendo obrigatória mesmo nesses casos. Para que esses procedimentos possam ocorrer em cartório, a exigência é que sejam feitos de forma consensual. Além disso, no ca-

so de partilhas há exigência de que haja garantia de que menores e incapazes recebam parte exata a que cada um tiver direito. Esses casos serão fiscalizados pelo Ministério Público e, caso o órgão considere a divisão injusta, ele reterá o processo ao Judiciário. **PÁGINA 12**

FOLHA DE PAGAMENTO

LULA MARQUES/ABRASIL



Senado aprova desoneração de 17 setores e de municípios

O Senado aprovou ontem, o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores e dos pequenos e médios municípios. A votação foi simbólica, ou seja, sem que o voto dos congressistas fosse computado, fruto do acordo do governo com a oposição. A negociação em torno da proposta levou meses e causou uma série de desgastes ao Palácio do Planalto, até o texto final ser formulado em acordo entre o governo, setores econômicos, prefeitos e parlamentares. O novo relatório da proposta foi apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) (**foto**) ontem, e seguiu o acordo firmado com os setores produtivos e os prefeitos ao propor uma reoneração gradual para as empresas e para os municípios até 2027. Ontem, para viabilizar a votação do projeto, Wagner decidiu retirar um dispositivo que aumentava a cobrança do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20% como compensação da perda de receitas pela desoneração. **PÁGINA 2**

ORÇAMENTO

Poderees chegam a consenso para liberar as emendas Pix

Em nota conjunta, os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), bem como representantes do Executivo, anunciaram ontem um consenso sobre novos critérios para a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

O anúncio foi feito após reunião de cerca de quatro horas no gabinete da presidência do Supremo, do qual participaram, além de Barroso, Lira e Pacheco, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. **PÁGINA 12**

POLÍTICAS PÚBLICAS

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



G20 deve garantir Orçamento de demandas sociais, diz ministro

Os países que compõem o G20 (Grupo dos 20, que reúne as principais economias do mundo) têm que garantir espaço nos orçamentos para executarem políticas públicas propostas pela sociedade civil. A afirmação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo (**foto**), foi feita ontem, durante evento preparatório para o G20 Social, na Fundação Progresso, espaço cultural independente no centro do Rio de Janeiro. O G20 Social é um espaço de discussões e participação da sociedade civil criado pelo Brasil, que assumiu a presidência do grupo de países em dezembro do ano passado. Ao longo dos últimos meses, grupos de engajamento e setores da sociedade articulam iniciativas para que sejam tornadas políticas públicas. Mais de mil representantes populares participaram do encontro, primeira tribuna aberta à participação ativa da população no G20. As conclusões do evento preparatório servirão de base para as reuniões do G20 Social, que acontecerão de 14 a 16 de novembro, no Rio de Janeiro. O que for acolhido pelo fórum será entregue aos chefes de Estado e de governo que participarão da reunião de líderes do G20, em 18 e 19 de novembro, também no Rio. **PÁGINA 2**

EUA

Kamala apoia proposta de aumento de impostos

PÁGINA 12

CÂMARA DE VEREADORES

Zanin libera candidatura de Garotinho

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu um habeas corpus ao ex-governador do Rio Anthony Garotinho (Republicanos), que vai permitir que ele concorra às eleições municipais deste ano. A decisão desta terça-feira passada, suspende os efeitos de uma sentença da Justiça Eleitoral do Rio, cujas provas foram anuladas pelo ministro até que a ação tenha seu julgamento final. Garotinho foi condenado pela Justiça Eleitoral a 13 anos, 9 meses e 20 dias por com-

pra de votos em troca de um benefício social, o cheque cidadão, para favorecer candidatos a prefeito e vereador em Campos dos Goytacazes (RJ) em 2016. O caso ficou conhecido como Operação Chequinho. O Estadão procurou o ex-governador para comentar o caso, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem. Em 2022, um dos denunciados pela operação teve a condenação anulada pelo Supremo, visto que as provas obtidas contra ele foram consideradas ilegítimas. **PÁGINA 11**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,23% / 136.087,41 / 309,43 / Volume: R\$ 21.321.372.085 / Negócios: 3.774.480				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,61% (jul.)	EURO turismo					
Mais Negociados				Máximas Altas		Máximas Baixas		Fechamento		Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,38% (jul.)	Compra: 6,1678	Venda: 6,3478
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	
AMERICANAS ON NM	0,09	-10,00	-0,01	SPTURIS PNB	35,50	+77,50	+15,50	USIMINAS PNB N1	9,88	-17,74	-2,13	NASDAQ Composite	17.816,937	-0,33	
HAPVIDA ON NM	4,56	+2,47	+0,11	PLASCAR PARTON	7,60	+36,94	+2,05	ATMASA ON	1,28	-11,72	-0,17	CAC 40	7.485,73	-0,22	
B3 ON NM	12,90	+0,86	+0,11	SEQUOIA LOG ON NM	6,380	+16,85	+0,920	COSERN ON	14,00	-11,67	-1,85	FTSE 100	8.273,32	-1,00	
COGNA ON ON NM	1,42	-3,40	-0,05	INFRACOMM ON NM	0,220	+10,00	+0,020	COSERN PNB	15,00	-10,45	-1,75	DAX	18.357,52	-0,38	
PETZ ON NM	4,81	+3,00	+0,14	JOAO FORTES ON	0,24	+9,09	+0,02	AMERICANAS ON NM	0,09	-10,00	-0,01	Ftse Mib	33.075,62	-0,57	

MERCADOS



Bovespa segue em máxima histórica, agora aos 136 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) renovou máxima histórica de fechamento pelo segundo dia, ontem, na casa inédita dos 136 mil pontos, mesmo sem contar com o apoio de Petrobras (ON -0,36%, PN -0,39%) e, também de parte do setor metálico (CSN ON -1%, Usiminas PNA -0,77%) à exceção de Vale (ON +0,39%) e de Gerdau (PN +0,57%, na máxima do dia no fechamento). Dessa forma, o índice mostrava ganho de 0,23%, aos 136.087,41 pontos no encerramento, avançando agora 1,59% na semana e 6,61% no mês, o que coloca a alta do ano a 1,42%. O giro de ontem ficou em R\$ 21,2 bilhões, mais fraco do que os R\$ 25,5 bilhões da sessão anterior.

Apesar de o setor metálico não ter contribuído como na segunda-feira, em novo pico histórico intradia, no meio da tarde, o Ibovespa (Índice Bovespa) foi ontem aos 136.329,79 pontos, em renovação de máxi-

ma, durante a sessão, desde a última quinta-feira.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque ontem Braskem (+3,15%), Klabin (+3,1%) e Petz (+3%). Na ponta oposta, CVC (-4,67%), Assaí (-4,58%) e Lwsa (-3,83%). Entre as blue chips, o desempenho positivo dos grandes bancos - com Santander (Unit +1,04%) e Itaú (PN +0,73%) à frente - contribuiu para nova alta do Ibovespa, na contramão de Nova York na sessão.

DÓLAR

O dólar à vista acelerou o ritmo de alta à tarde e chegou a se aproximar do nível de R\$ 5,50.

Em alta firme desde a abertura, o dólar à vista rompeu os R\$ 5,45 logo após a abertura dos negócios. A máxima, a R\$ 5,4924, veio no início da tarde, em sintonia com o exterior. No fim do dia, a moeda avançava 1,31%, a R\$ 5,4831 - o que reduziu a desvalorização acumulada em agosto, que, na segunda-feira, era de 4,3%, para 3,04%.

FOLHA DE PAGAMENTO

Senado aprova PL da desoneração de 17 setores e de municípios

GABRIEL HIRABAHASI E GIORDANNA NEVES/AE

O Senado aprovou ontem, o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores e dos pequenos e médios municípios. A votação foi simbólica, ou seja, sem que o voto dos congressistas fosse computado, fruto do acordo do governo com a oposição. A negociação em torno da proposta levou meses e causou uma série de desgastes ao Palácio do Planalto, até o texto final ser formulado em acordo entre o governo, setores econômicos, prefeitos e parlamentares.

O novo relatório da proposta foi apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) ontem, e seguiu o acordo firmado com os setores produtivos e os prefeitos ao propor uma reoneração gradual para as empresas e para os municípios até 2027.

Ontem, para viabilizar a votação do projeto, Wagner decidiu retirar um dispositivo que aumentava a cobrança do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20% como compensação da perda de receitas pela desoneração. A implementação da medida exigiria um período de noventa e só valeria a partir do ano que vem. Por isso, era encarada pelo governo como uma "garantia", mas mesmo assim a oposição criticou o aumento de imposto, o que levou o relator a abrir mão do dispositivo.

Na reta final das negociações, Wagner também abriu mão do dispositivo que delegava o julgamento do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios que optarem por essa medida. A proposta, juntamente com o programa de cadastro de benefícios fiscais, havia sido incluída na medida

provisória do PIS/Cofins, que teve sua parte principal devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e deve caducar.

O relator incluiu em seu texto vários capítulos com medidas de compensação que vão repor a perda de R\$ 25 bilhões aos cofres da União este ano, dentre elas: atualização de bens no Imposto de Renda; repatriação de ativos mantidos no exterior; renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras; pente-fino no INSS e programas sociais; uso de depósitos judiciais esquecidos; uso de recursos esquecidos; e o programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo.

Segundo o relator, as medidas devem gerar entre R\$ 25 bilhões a R\$ 26 bilhões aos cofres públicos e resolvem especificamente o buraco fiscal nas contas de 2024, já que muitas dessas propostas são limitadas e não trarão efeitos nos exercícios seguintes. Em relação ao rombo no orçamento causado pela desoneração no ano que vem, Jaques reiterou que o assunto deverá ser discutido no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que deve ser enviado ao Congresso na sexta-feira, 30.

O texto da desoneração da folha de pagamentos segue o acordo já firmado com os setores produtivos, que prevê uma reoneração gradual a partir do ano que vem e até 2027. A desoneração em 2024 substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por uma taxa de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A partir do ano que vem, os empresários passarão por uma cobrança híbrida, que misturará uma parte da contribuição sobre a folha de salários com a taxa sobre a receita bruta.

ORÇAMENTO

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Os países que compõem o G20 (Grupo dos 20, que reúne as principais economias do mundo) têm que garantir espaço nos orçamentos para executarem políticas públicas propostas pela sociedade civil. A afirmação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, foi feita ontem, durante evento preparatório para o G20 Social, na Fundação Progresso, espaço cultural independente no centro do Rio de Janeiro.

O G20 Social é um espaço de discussões e participação da sociedade civil criado pelo Brasil, que assumiu a presidência do grupo de países em dezembro do ano passado. Ao longo dos últimos meses, grupos de engajamento e setores da sociedade articulam iniciativas para que sejam tornadas políticas públicas.

Mais de mil representantes populares participaram do encontro, primeira tribuna aberta à participação ativa da população no G20.

As conclusões do evento preparatório servirão de base para as reuniões do G20 Social, que acontecerão de 14 a 16 de novembro, no Rio de Janeiro. O que for acolhido pelo fórum será entregue aos chefes de Estado e de governo que participarão da reunião de líderes do G20, em 18 e 19 de novembro, também no Rio.

"Esse debate precisa ser livre e soberano", disse o ministro a jornalistas. "Nós vamos transformar isso em um documento. É óbvio que esses documentos são propostas. Continua o processo de diálogo com os governos, de pressão, de conversa, para que isso se transforme em políticas públicas", completou.

Macêdo apontou que assuntos como taxa de super-ricos, nova governança mundial e os desafios das mudanças climáticas são temas que permeiam discussões tanto nos governos quanto no G20 Social.

"Não só o Brasil como os países têm que estar abertos para garantir o orçamento para que

isso possa acontecer, não só no Brasil como nas economias do mundo inteiro", disse.

O governo brasileiro escolheu três temas prioritários para discussões no G20: combate à fome, pobreza e desigualdades; sustentabilidade, mudanças climáticas e transição justa; e reforma da governança global.

Macêdo destacou que a presidência brasileira do G20 será marcada pelo ineditismo da participação social.

"A fotografia que vem à minha cabeça, sempre que fala do G20, é um retrato de homens engratados em uma sala, definindo as políticas que vão atingir as populações no mundo inteiro, e o povo a 5 quilômetros de distância, alguns representados com cartazes, fazendo manifestação", narrou.

"Nós queremos, agora, que a fotografia seja o povo poder estar participando desse processo de construção das políticas públicas que vão atingir as populações das 20 economias e do mundo inteiro," explicou.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, enfatizou que a transição energética para uma economia menos dependente de combustíveis fósseis, causadores do aquecimento global, deve ser feita de uma forma justa.

"Existem aquelas (economias) que emitiram mais historicamente, existem aqueles (países) que ganharam mais transformando natureza em dinheiro e existem aqueles que emitiram menos e que ainda têm problemas sociais gravíssimos para serem enfrentados", elencou.

Para a ministra, os países mais ricos devem fazer a transição primeiro e, em seguida, ajudar os mais pobres. "Países de renda média-baixa têm que ser ajudados". Seria necessário cerca de US\$ 100 bilhões (cerca de R\$ 550 bilhões) mundialmente, segundo ela.

Marina Silva defendeu que a transição energética conte com parte de recursos obtidos com a taxa de super-ricos e com di-

nhheiro de empresas.

"O setor privado não pode continuar mais, e tem muita gente que já entendeu isso, fazendo os mesmos investimentos em atividades de destruir o planeta", criticou.

A ministra destacou que o Brasil tem a vantagem comparativa de possuir energia solar, eólica, da biomassa e de produzir hidrogênio verde, o que pode ser produto de exportação para ajudar a transição de outros países.

Questionada por jornalistas se a exploração de petróleo na Margem Equatorial compromete a liderança mundial do Brasil na área ambiental, ela afirmou que a decisão será tomada de forma técnica.

"Se disser sim, vai ser técnica; se disser não, vai ser uma decisão técnica, porque em um governo republicano não há a interferência que se tentou fazer no governo anterior na decisão do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)", afirmou.

A Margem Equatorial, apontada como o novo "pré-sal", por causa do potencial de produção de petróleo, é uma área que vai da costa do Rio Grande do Norte à do Amapá. A potencial exploração de óleo na região, que inclui a foz do Rio Amazonas, é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais.

A Petrobras tem interesse em perfurar o leito marinho, mas depende de receber autorização do Ibama.

COMBATE À FOME

Terceiro ministro presente no encontro com as lideranças sociais, Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, lembrou do protagonismo do Brasil no combate à fome, ressaltando a criação da Aliança Global, endossada pelo G20 há menos de um mês.

"Não tem nenhuma tarefa social tão potente e tão importante quanto essa", disse o ministro, que citou avanços do país no combate à fome reconhecidos

pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

SOCIEDADE CIVIL

O presidente da Central Única das Favelas (Cufa) no Rio de Janeiro, Preto Zezé, destacou a participação popular no G20 Social, citando que 20 milhões de pessoas moram em comunidades.

"É fundamental que as pessoas que vivem os dilemas e os desafios do Brasil, da desigualdade, dos direitos humanos, da questão ambiental possam participar, ser ouvidas, e as suas ideias cheguem até as mãos dos gestores", ressaltou. Zezé pediu ainda que a prática se torne permanente mesmo sob outras presidências do G20.

Ao lembrar que apenas três países latino-americanos fazem parte do G20 (Argentina e México, além do Brasil), o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antonio Lisboa, relatou que recebe pedidos de trabalhadores de outros países da região para que as decisões tomadas beneficiem também populações fora do G20.

"A nossa responsabilidade tem que ser além de nossos países, além de nossos problemas, para o mundo todo", disse.

Integrante da diretoria executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong), Débora Rodrigues, explica que o momento é de articulação entre as comunidades de base e o G20.

"Esse é o momento em que a gente pensa como a gente segue, mas a gente volta para os nossos territórios, organiza a turma para que a gente volte em novembro", explicou.

PLATAFORMA ONLINE

Ontem foi lançada a plataforma online G20 Social Participativo. Por meio da internet, pessoas de qualquer parte do Brasil e do mundo poderão participar de enquetes, enviar propostas, cadastrar propostas autogerenciadas e consultas públicas.

Pessoas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e governos de todo o mundo podem enviar propostas até o dia 9 de setembro.

PROGRAMA

Governo exclui Ceagesp de privatização

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O governo federal excluiu a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), o maior entreposto de alimentos da América do Sul, do Programa Nacional de Desestatização (PND). A companhia também foi retirada do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. A decisão do governo federal foi publicada ontem no Diário Oficial da União. A Ceagesp foi inserida no PND e qualificada para o PPI pelo governo federal em 2019, no governo de Jair Bolsonaro. Ontem, o governo federal também publicou decreto reabrindo CeasaMinas do PND e do PPI.

REFORMA

Governo quer a regulação da tributária até fim do ano

FERNANDA TRISOTTO/AE

O diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Daniel Loria, disse que o governo trabalha com o cenário de aprovação definitiva da regulamentação da reforma tributária no Congresso até o final deste ano. Quando essa etapa for vencida, o trabalho será para formatar os regulamentos e sistema operacional.

"Estamos trabalhando para uma aprovação definitiva até o final do ano, nas duas casas. Até o final do ano, a gente imagina que as leis complementares estão aprovadas e aí vamos entrar em uma nova fase da reforma tributária que vai ser a regulamentação da regulação."

A gente está, no momento, na lei complementar, ainda não está no regulamento propriamente dito, muito menos no sistema operacional. Estamos trabalhando muito duro para colocar isso de pé", disse ele, durante palestra sobre os próximos passos da reforma tributária em evento realizado pelo BTG Pactual, em São Paulo.

Ele destacou que é esperada uma simplificação "brutal" do sistema tributário, com redução do custo de conformidade para as empresas e do contencioso. "A redução do custo de conformidade, aumento da eficiência econômica, tudo isso fomenta crescimento econômico. A reforma tributária aumenta a produtividade com consequente aumento do cres-

cimento econômico no médio e longo prazo", disse.

TRANSIÇÃO

Loria lembra que a transição da reforma tributária será de dez anos. "Estávamos tão reféns do nosso sistema tributário complexo que a gente foi obrigado a ter um prazo de transição longo. Se fosse mais curto, o governo federal teria que pagar uma conta bem mais alta do que já vai pagar com os fundos de compensação de fim de benefício fiscal, o Fundo de Desenvolvimento Regional e outras", disse.

Ele ponderou que esse período será delicado para as empresas, que terão um custo de conformidade mais alto durante a coexistência dos dois sistemas.

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

REQUERIMENTO DE LICENÇA
NOTRE DAME INTERMEDICA S.A. – CNPJ: 44.649.812/0370-58 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2024/12624, Licença Ambiental Municipal para atividade CNAE: 86.10-1-02 – Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências com endereço na Rua Pinto de Azevedo, 105 - Loja A, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-445.

VAST INFRAESTRUTURA S.A
CNPJ: 21.778.678/0002-50.
AUDITORIA AMBIENTAL
 VAST INFRAESTRUTURA S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 02/08/2024, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2023 para transferência de petróleo e óleo combustível (tipos 1A e 1B) entre navios atracados a contrabordo, pelo Terminal de Petróleo (T-OLL) do Terminal (T1) do Porto do Açu, incluindo o armazenamento temporário de petróleo em Unidade de Armazenamento Flutuante (FSU) e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Lauro Muller, 116 – sala 2203 - Botafogo, no Município do Rio de Janeiro, no período de 23/08/2024 a 23/09/2024, no horário das 10h às 14h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/002.13214/2015).

AQUILA EVEN RIO Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/ME nº 10.453.237/0001-81 - NIRE nº 33.208.206.296
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS
 Data, Hora e Local: 07/08/2024, às 17:00 hrs, na sede da sociedade. Mesa: Presidente: Leticia da Silva Sudan. Secretário: Francivando Araújo da Silva. Convocação: Dispensada. Presentes: Totalidade. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a redução de capital da Sociedade. Deliberações: 1. Por considerarem que o capital social é excessivo ao objeto da sociedade, as sócias aprovaram a redução do capital social, de R\$ 39.070.824,00 para R\$ 4.070.824,00, sendo a redução de R\$ 35.000.000,00 realizada mediante o cancelamento proporcional do número de quotas, atualmente no valor nominal de R\$ 1,00 cada. 2. Em face a deliberação tomada, será restituído capital em dinheiro no valor de R\$ 35.000.000,00 a sócia Even Construtora e Incorporadora S.A. A sócia Evenpar Participações Societárias Ltda. declara sua expressa concordância com a devolução de capital ora aprovada, sendo certo que não receberá qualquer pagamento em decorrência de sua participação minoritária no capital social. A redução implicará a diminuição proporcional do número de quotas, que passará a ser de 4.070.824 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. 3. Assim, o capital social da Sociedade passa a ser de R\$ 4.070.824,00, dividido em 4.070.824 quotas, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: a) Even Construtora e Incorporadora S.A detém 4.070.823 quotas, no valor total de R\$ 4.070.823,00; e b) Evenpar Participações Societárias Ltda. detém 01 quota, no valor nominal total de R\$ 1,00. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. RJ, 07/08/2024. Leticia da Silva Sudan - Presidente, Francivando Araújo da Silva - Secretário, Even Construtora e Incorporadora S.A. p.p. Leticia da Silva Sudan e Francivando Araújo da Silva; Evenpar Participações Societárias Ltda. p.p. Leticia da Silva Sudan e Francivando Araújo da Silva.



CLUBE DE ENGENHARIA
CNPJ 33.489.469/0001-95
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) DIA 29/08/2024
ELEIÇÕES PARA DIRETORIA, CONSELHO FISCAL, RENOVAÇÃO DO TERÇO DO CONSELHO DIRETOR E DAS MESAS DIRETORAS DAS DIVISÕES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS: TRIÊNIO 2024/2027
 Em conformidade com o que dispõem o seu Estatuto, Regimento Interno, e deliberações do Conselho Diretor, convocamos os(as) associados(as) para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de agosto de 2024, quinta-feira, das 11:30 às 18 horas, para participarem dessas referidas eleições. A AGO transcorrerá em ambiente misto, presencial e virtual, com a votação se fazendo de modo remoto, utilizando a internet e programa específico para convocação e coleta do voto do(a) eleitor(a) habilitado(a) a participar do pleito. Poderão votar qualquer associado(a) remido, bem como os efetivos quites com as suas obrigações e tributos até o dia 29 de agosto de 2024 e com cadastro (celular e/ou e-mail) atualizado junto ao Clube. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2024. Márcio Ellery Girão Barroso, Presidente.

Cervejaria Petrópolis S/A
"Em Recuperação Judicial"
CNPJ/MF nº 73.410.326/0001-60 – NIRE 33.300.273.930
Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 22 de julho de 2024
1. Data, Horário e Local: Aos 22/07/2024, às 10 horas, na sede da Companhia, na Rua Assembleia, nº 65, sala 1701, Centro, Rio de Janeiro-RJ.
2. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Presidente – Walter Carvalho Marzola Faria, Secretária – Valeska Audrey Gonçalves. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre: (I) Destituição dos membros do Conselho de Administração; e (II) Eleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio de 03/08/2024 a 02/08/2027. **5. Deliberação:** Fazendo uso da palavra, esclareceu o senhor Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração da Companhia que, após a realização da convocação para esta Assembleia, apresentou como ordem do dia: (I) Destituir do Conselho de Administração os senhores: **Walter Carvalho Marzola Faria**, RG nº 7.244.665-1 SSP/SP e CPF/MF nº 733.979.898-68; **Paulo Sanches Campoi**, RG nº 5.451.652 SSP/SP e CPF/MF nº 470.761.358-68; e **Altair Roberto de Souza Toledo**, RG nº 7.674.254-4, e CPF/MF nº 889.399.288-49; (II) Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio de 03/08/2024 a 02/08/2027, a saber: para **Presidente do Conselho de Administração** – senhor **Walter Carvalho Marzola Faria**, RG nº 7.244.665-1 SSP/SP e CPF/MF nº 733.979.898-68, e para os cargos de **Conselheiros do Conselho de Administração** são eleitos os Senhores **Paulo Sanches Campoi**, RG nº 5.451.652 SSP/SP e CPF/MF nº 470.761.358-68, e **Altair Roberto de Souza Toledo**, RG nº 7.674.254-4, e CPF/MF nº 889.399.288-49, os quais serão comunicados de suas respectivas eleições dentro do prazo de 02 dias para que possam assinar seus respectivos termos de eleição, ficando possibilitado desde já o direito de oposição de cada um dos membros eleitos. Os senhores eleitos terão honorários mensais de até 120 salários-mínimos cada. **6. Desimpedimento** – Os Conselheiros declararam não estarem incurso em qualquer crime que os impeçam de exercer a atividade mercantil. **7. Leitura e lavratura da Ata** – Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **8. Assinaturas: Mesa** – Walter Carvalho Marzola Faria – Presidente, Valeska Audrey Gonçalves – Secretária, Acionistas presentes: Walter Carvalho Marzola Faria e Zuquetti & Marzola Participações e Representações Ltda., representada pelo seu sócio administrador Walter Carvalho Marzola Faria. Visto do Advogado: Valeska Audrey Gonçalves – OAB/SP 335.210. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certificado o Arquivamento em 06/08/2024 sob o nº 00006382914 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00652203-7 de 05/08/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam os acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia") convocados, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 20 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital ("Assembleia"), nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria: **Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:** I. Eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao ex-Conselheiro Sr. Alejandro Daniel Laño, para exercer o cargo até o final do mandato do membro substituído. **Instruções Gerais:** Os documentos pertinentes à matéria incluída na ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, situada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 707, Botafogo, Rio de Janeiro, e também no sítio eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.mrs.com.br). Para participar da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos 30 (trinta) dias úteis anteriores à realização da Assembleia pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia; b) **Pessoa Jurídica:** Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que, em caso de participação por procuração com poderes especiais, a firma do outorgante deverá estar reconhecida); documento de identificação do(s) representante(s) legal(is), e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos 30 (trinta) dias úteis anteriores à realização da Assembleia pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia; c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia por procurador constituído há no máximo de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por meio de seus representantes legais ou de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" e "b" acima, conforme o caso, deverá apresentar mandato com poderes especiais e firma reconhecida, além do documento de identidade e CPF do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** Os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" e "b", conforme o caso, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem (ou apostilados) e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto nesta Assembleia (i) por meio de participação remota via plataforma digital no momento de realização da Assembleia, conforme orientações de credenciamento e participação a serem oportunamente informadas ou (ii) à distância, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 13 de setembro de 2024 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data. O acionista poderá enviar o boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do boletim podem ser verificados no próprio boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos indicados neste Edital e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 18 de setembro de 2024 às 14:00 horas (2 (dois) dias antes da realização da Assembleia), nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: age@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. A participação via plataforma digital estará restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores, conforme o caso, que se credenciarem nos termos indicados pela Companhia, e que ingressarem no sistema até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia. As orientações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar da Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br/>
 Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2024.
 Marcelo Leite Barros - Presidente do Conselho de Administração

RTS RIO S.A.
CNPJ 04.050.750/0001-29

Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Em 31/12/23 e 2022 (Em MRS\$)	Nota	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Ativo		366.881	405.075	331.367	346.311
Circulante		259.349	292.940	236.056	239.781
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.142	96.855	67.142	96.855
Contas a receber	6	48.523	53.535	48.523	53.535
Adiantamentos	7	22.712	21.162	28.522	2.754
Impostos a recuperar	8	12.852	11.136	12.852	11.136
Estoques	9	78.949	75.258	78.949	75.258
Outros créditos		67	244	67	244
Dividendos a receber	10	29.103	34.750	-	-
Não circulante		107.532	112.135	95.310	106.530
Impostos a recuperar	8	336	336	336	336
Depósito judicial	17	199	199	199	199
Investimentos	10	10.662	10.662	-	-
Imobilizado	11	96.335	100.934	94.775	105.992
Intangível		-	4	-	3
Passivo e patrimônio líquido		366.881	405.075	331.367	346.311
Circulante		137.500	168.414	101.138	109.397
Fornecedores	12	7.251	4.639	7.251	4.639
Empréstimos e financiamentos	13	2.850	13.414	2.850	13.414
Obrigações trabalhistas	14	6.998	6.662	6.998	6.662
Impostos a pagar	15	11.523	12.259	11.523	12.259
Parcelamentos fiscais	16	42	735	42	735
Adiantamento de clientes		1.385	824	1.385	824
Estoque de terceiros	18	3.552	4.914	3.552	4.914
Outras obrigações	19	37.334	59.597	526	509
Dividendos a pagar	20.3	66.370	64.853	66.370	64.853
Outras contas a pagar		194	515	640	587
Não circulante		28.264	40.425	28.264	40.425
Empréstimos e financiamentos	13	24.706	35.941	24.706	35.941
Impostos diferidos		336	336	336	336
Provisão de contingência	17	136	396	136	396
Parcelamentos fiscais	16	3.086	3.586	3.086	3.586
Outras contas a pagar		-	165	-	165
Patrimônio líquido					
Capital Social	20.1	10.000	10.000	10.000	10.000
Reserva legal	20.2	2.000	2.000	2.000	2.000
Reserva de lucros		189.117	184.237	189.117	184.237
		201.117	196.237	201.117	196.237
Participações não controladores		-	-	848	252
		201.117	196.237	201.965	196.489

Demonstrações do resultado em 31/12/23 e 2022 (Em MRS\$)		Controladora		Consolidado	
Nota	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/22
21	40.548	47.050	82.965	98.261	-
22	(18.549)	(16.124)	(18.549)	(16.124)	-
10	29.103	34.750	-	-	-
	51.102	65.677	64.416	82.137	-
23	(16.273)	(17.539)	(16.273)	(17.539)	-
24	(7.548)	(7.641)	(12.081)	(16.958)	-
25	(10.068)	(5.471)	(8.906)	(5.471)	-
11	(15.128)	(13.549)	(19.710)	(14.224)	-
	900	-	900	-	-
	2.985	21.477	8.345	27.945	-
	8.944	13.011	8.944	13.011	-
	(5.423)	(10.099)	(5.423)	(10.099)	-
26	3.520	2.913	3.520	2.913	-
	6.505	24.390	11.866	30.858	-
27	-	-	(4.766)	(5.759)	-
	6.505	24.390	7.100	25.099	-
	-	-	6.505	24.390	-
	-	-	595	710	-
	-	-	7.100	25.099	-
	10	10	10	10	10
	0,65	2,44	0,71	2,51	-
Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/23 e 2022 (Em MRS\$)		Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/22
	6.505	24.390	7.100	25.099	-
	-	-	-	-	-
	6.505	24.390	7.100	25.099	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas (Em MRS\$)		Controladora		Consolidado	
Particip. dos controladores no pat. líq. das controladas	Total	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Saldos em 31/12/21	1.288	179.233	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	24.390	24.390	709
Destinação do lucro do exercício	-	-	-	-	25.099
Distribuição de dividendos	-	-	(6.097)	(6.097)	(1.745)
Saldos em 31/12/22	1.288	179.233	184.237	196.237	196.489
Ajustes retrospectivos	-	-	(184.237)	(184.237)	-
Saldos ajustados em 1º/01/23	1.288	179.233	184.237	196.237	196.489
Lucro líquido do exercício	-	-	6.505	6.505	6.505
Destinação do lucro do exercício	-	-	4.880	(4.880)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.626)	(1.626)	596
Saldos em 31/12/23	1.288	179.233	189.117	201.117	201.965

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/23 e 2022 (Em MRS\$)		Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Lucro líquido do exercício	6.505	24.390	7.100	25.099
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais	Resultado de Equivalência patrimonial	(29.103)	(34.750)	-	-
	Depreciação e amortização	15.128	13.549	19.710	14.224
	Baixa do ativo imobilizado, líquido de depreciação	6.433	7.773	6.433	7.773
	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	4.425	3.575	4.425	3.575
	Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	(260)	(889)	(260)	(889)
	Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.559	11.124	4.559	11.124
	Resultado ajustado	7.887	24.771	41.967	60.906
Redução líquida nos ativos e passivos operacionais	Varição no contas a receber	5.012	(2.887)	5.012	(2.887)
	Varição em adiantamentos	(1.550)	(3.559)	(2.568)	(4.850)
	Varição em impostos a recuperar	(1.717)	(2.529)	(1.717)	(2.529)
	Varição em estoques	(3.692)	796	(3.692)	796
	Varição em outros créditos	177	258	177	6.284
	Varição em depósitos judiciais	(1)	(199)	(1)	(199)
	Varição em fornecedores	2.612	(5.806)	2.612	(5.806)
	Varição em obrigações trabalhistas	336	(872)	336	(872)
	Varição em impostos a pagar	(737)	(4.270)	(737)	(4.270)
	Varição em parcelamentos fiscais	(1.193)	(889)	(1.193)	(889)
	Varição em Adiantamento de clientes	561	188	561	188
	Varição em aumento em estoque de terceiros	(1.362)	847	(1.362)	847
	Varição em outras Obrigações	(22.623)	(23.314)	17	(31.744)
	Varição em outras contas a pagar	(836)	(92)	(112)	(711)
	Varição em Impostos diferidos	-	336	-	336
	(24.652)	(41.992)	(25.866)	(26.606)	-

Nota

BOULOS DIZ QUE VAI A DEBATE DA RECORD APÓS FALTAR EM ÚLTIMO CONFRONTO ENTRE CANDIDATOS

Após faltar no debate eleitoral organizado pela revista Veja, o candidato do PSOL a prefeito de São Paulo, deputado federal Guilherme Boulos, disse ontem, que vai participar do debate que será realizado pela TV Record no fim de setembro. Como o Estadão mostrou, o psolista e o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que lideram em intenção de voto, devem priorizar os debates transmitidos pela televisão. Em entrevista ao programa Balanço Geral, da TV Record, Boulos afirmou que considera os debates importantes para discutir propostas para a cidade, mas criticou o baixo nível dos dois últimos encontros. "Quem quiser baixaria, não conte comigo", declarou o parlamentar. "Vou participar, por exemplo, do debate da Record e de outros debates que vamos fazer para apresentar propostas para a cidade", acrescentou. A campanha do PSOL já havia expressado insatisfação com o resultado dos últimos debates, nos quais o influenciador Pablo Marçal (PRTB) usou o espaço para atacar adversários e lançar frases de efeito, que depois são divulgadas em suas redes sociais como "cortes" - vídeos curtos e descontextualizados.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 36ª (trigésima sexta) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em duas séries, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12.5 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 9 de setembro de 2024, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração do Anexo VII ao Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Fiduciária Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da 1ª (Primeira) Emissão da SPE Formosa Novos S.A. ("Termo de Emissão de Notas Comerciais"), referente ao "Cronograma Físico Financeiro", mediante aditamento, de modo a substituí-lo nos termos do Anexo A a este edital; (ii) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Especial será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando quórum de 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, conforme estabelecido na Cláusula 12.10 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@comcor.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A participação dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pelo B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora. Anexo A - 1ª SÉRIE: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23b1476702>; 2ª SÉRIE: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23c0003601>. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 20 de agosto de 2024.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - Securitizadora S1

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 29ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 10 de setembro de 2024, às 15:00 (quinze) horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem no mínimo, dois terços do valor global dos CRI em Circulação para fins de instalação em primeira convocação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares dos CRI que representem a maioria dos presentes. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre o seguinte Ordem do Dia: (i) Autorizar, ou não, a formalização, pela Securitizadora, da Carta de Anuência, anuindo o pedido de Retificação da Área e Georreferenciamento, conforme consta no item 11 da Nota de exigência - Protocolo nº 84356 ("Nota de Exigência"). Ressalta-se que o referido protocolo encontra-se atualmente vencido, sendo necessário realizar um novo protocolo que estará sujeito, novamente, à análise do cartório competente; (ii) Em razão do descumprimento do waiver concedido no âmbito da Assembleia Geral de Titulares do CRI, realizada em 12 de dezembro de 2023 ("AGT 12/12/23"), autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, item (i) do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Ita Power Engenharia SPE LTDA ("Ita"), Canal Companhia de Securitização ("Cessionária"), Susten Energia S.A ("Susten"), Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green LTDA. ("Cooperativa"), e Arcos Power Engenharia SPE LTDA ("Arcos") ("Cessão Ita"), e do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Arcos, Cessionária, Susten, Cooperativa e Ita ("Cessão Arcos"), em virtude dos seguintes descumprimentos: (a) Datas de Entrega das UFVs dispostas na Seção II do Quadro Resumo dos Instrumentos Particulares de Contrato de Locação de Bem Imóvel para Fins Não Residenciais na Modalidade Altipica e Outras Avenças de Locação de Bem Imóvel para Fins Não Residenciais em Série Única, em nome da Ita Power Engenharia SPE Ltda. e a Arcos Power Engenharia SPE Ltda., com a Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green Ltda., tendo como Fidora a Susten Energia S.A.; (b) Comprovação à Securitizadora a devida formalização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) de comercialização da capacidade total da(s) Usina(s) até 21/01/2024, conforme Cláusula 6.1. (xvi) da Cessão Arcos e Cessão Ita; e (c) recomposição do Fundo de Liquidez, acrescido dos Encargos Moratórios, conforme utilizado para pagamento da parcela de remuneração mensal dos CRI, devida nos dias 24/04/2024, 27/05/2024, 25/06/2024 e 25/07/2024, sendo certo que na presente data o saldo mantido seja o valor mínimo do Fundo de Liquidez e acrescidos da parcela da remuneração e amortização vincenda; (iii) Autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, (i) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento da obrigação de entrega das demonstrações financeiras consolidadas, conforme cláusula 8.1. dos referidos contratos; (iv) Caso aprovada a não Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item (iii) da Ordem do Dia, autorizar a concessão de prazo adicional para entrega das demonstrações financeiras consolidadas em até 5 (cinco) Dias Úteis da data da assembleia, sendo certo que, caso o cumprimento ocorra previamente à data da assembleia, a presente AGT perderá o objeto, exceto se for deliberado o item (iii) acima, pela Recompra dos Créditos Imobiliários; (v) Caso aprovada a não Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Ordem do Dia (ii) e (iii) acima, autorizar a concessão de prazo adicional de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da deliberação da assembleia ora convocada, para que sejam efetivadas as entregas das UFVs, já conectadas à rede, comercializando energia, para que o fluxo de recebíveis seja regularizado na Conta Centralizadora ou em nova conta vinculada de titularidade das cedentes, contratada especialmente para tanto, na instituição financeira escolhida pelos investidores, às expensas do Patrimônio Separado e envio das demonstrações financeiras consolidadas; (vi) Autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, (i) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento da obrigação de entrega dos Relatórios de Medição, elaborados pelo Agente de Medição, contratado pelo e às expensas do Cedente; (vii) Caso aprovada a não Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item (vi) da Ordem do Dia, autorizar a concessão de prazo adicional de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da deliberação desta assembleia para envio do primeiro Relatório de Medição ("Primeiro Relatório") e até 30 (trinta) dias para entrega do segundo Relatório de Medição ("Segundo Relatório"); (viii) Autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, subitem (ii) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento de uma garantia adicional no âmbito da Emissão; (ix) Ratificar, nos termos da AGT 12/12/23, a autorização para que a Securitizadora possa utilizar qualquer recurso disponível no Fundo de Obras para recomposição do Fundo de Liquidez e do Fundo de Despesas, até que Entregas das UFVs sejam regularizadas, ambas estejam conectadas à rede e comercializando energia para a regularização da arrecadação de recursos, no limite máximo de até as próximas 06 (seis) parcelas de remuneração mensal dos CRI; (xii) Ratificar, nos termos da AGT 12/12/23, a autorização para a análise de propostas e contratação de prestação de serviço de terceiros independentes especializados para assessorar os Titulares dos CRIs (i) na auditoria sobre a medição das obras das UFVs, (ii) na consultoria jurídica relacionada à reestruturação da operação, e (iii) em qualquer medida relacionada a eventual cobrança, excussão ou execução de bens, direitos e valores relacionados às garantias e às obrigações garantidas, sempre às expensas do patrimônio separado e com recursos mantidos no Fundo de Obras; e (xiii) Autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@boliveiraaltrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, assinando "Documentos para AGT - CRI SUSTEN", observando o disposto na Resolução CVM 60 e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Contraintram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a realização da AGT, tais como: (i) o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em formato de PDF, e o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em formato de PDF, e os formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 21 de agosto de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

ELEIÇÕES 2024

Boulos ganha 3 direitos de resposta nas redes de Marçal

VINÍCIUS NOVAIS/AE

A Justiça Eleitoral concedeu três pedidos de resposta a Guilherme Boulos (PSOL) que serão publicadas nas redes sociais de seu concorrente à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB). Em diferentes ocasiões, o ex-coach insinuou que Boulos seria usuário de cocaína.

A campanha de Boulos fez o primeiro requerimento de direito de resposta por conta de um vídeo postado no canal de Marçal

no YouTube. Segundo o pedido, o coach "expressamente imputa ao autor (Boulos), através de falas e gestos, a condição de usuário e viciado em cocaína".

O pedido foi julgado procedente pelo juiz eleitoral Rodrigo Marzola Colombini, que determinou que a resposta de Boulos seja veiculada em até 48 horas nas contas do Instagram, X e TikTok de Marçal. O conteúdo terá que ficar no ar também por 48 horas.

O juiz entendeu que "as imputações extrapolam os limites da liberdade de expressão e do debate

político e configuram unicamente ofensas à honra do candidato autor". O magistrado concedeu o segundo direito de resposta determinando que, dessa vez, a postagem fosse feita no canal no YouTube de Marçal, de onde partiu a ofensa.

O terceiro direito de resposta veio por atos de Marçal no debate promovido pelo Estadão, em parceria com o Terra e a Faap. Durante o debate, o empresário voltou a insinuar um vício de Boulos e o chamou de "aspirador de pó". Novamente, não houve provas.

Mais uma vez, a campanha do PSOL acionou a Justiça Eleitoral. O juiz eleitoral Murillo D'Ávila Vianna Cotrim determinou a veiculação do terceiro direito de resposta, em até 48 horas, novamente no Instagram, X, TikTok e YouTube.

Na decisão, o juiz argumentou que, "ao não trazer nenhum fato comprovatório de que o requerente é usuário de quaisquer substâncias entorpecentes, pode-se afirmar que o requerido inventou um factóide difamatório contra a pessoa do autor".

Justiça manda PF abrir inquérito contra Marçal por calúnia a Guilherme Boulos

HUGO HENUD/AE

A Justiça Eleitoral determinou na segunda-feira passada, que a Polícia Federal (PF) abra um inquérito contra Pablo Marçal, candidato do PRTB. A investigação foi solicitada após uma notícia-crime apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), que acusa o ex-coach de disseminar notícias falsas

contra ele. Ambos são candidatos à Prefeitura de São Paulo.

A decisão foi proferida pelo juiz Augusto Drummond Lepage, da 346ª Zona Eleitoral de São Paulo. O magistrado acolheu a manifestação do Ministério Público Eleitoral e determinou o encaminhamento do caso à PF para a instauração de um inquérito. Procurado, Marçal não se manifestou.

O promotor eleitoral Nelson dos Santos Pereira Júnior solicitou a investigação de Marçal por supostos crimes de calúnia, difamação e divulgação de fatos inverídicos no contexto eleitoral. Esses crimes, previstos nos artigos 323, 324 e 325 do Código Eleitoral podem resultar em penas de até quatro anos de reclusão, além de multa.

A campanha do PSOL apre-

sentou a denúncia contra Marçal após o debate eleitoral realizado na TV Bandeirantes no último dia 8. Durante o programa, o candidato do PRTB insinuou, sem apresentar qualquer prova, que Boulos seria usuário de drogas. No mesmo dia, Marçal chamou o candidato do PSOL de "cheirador de cocaína", postando diversos vídeos com a acusação em suas redes sociais.

AOS DOMINGOS

Demanda por proteção em pontos de ônibus aumenta 78%

LETYCIA BOND/ABRASIL

Iniciativa do governo de São Paulo, o projeto Abrigo Amigo, que busca oferecer mais segurança a mulheres enquanto aguardam em pontos de ônibus na capital, completou um ano de existência com 1.587 chamadas recebidas. Conforme contabilizou o governo estadual, o dia mais movimentado é o domingo, quando não é cobrada passagem, e a demanda pelo serviço aumenta 78%, na comparação com o resto da semana. O horário com maior número de chamadas é entre 20h e meia-noite. O horário de fun-

cionamento do serviço é das 20h às 5h.

INICIATIVA

A equipe utiliza uma ferramenta que permite que a usuária se conecte com uma das funcionárias do projeto por meio de um painel digital. A passageira pressiona um botão para iniciar a chamada por vídeo com a atendente. A ligação é direta, para agilizar o contato.

De acordo com o governo, os pontos de ônibus beneficiados contam com câmera noturna, microfone, sensor de presença e conexão à internet. A passageira e a atendente, que consegue ter

em seu campo de visão a área ao redor da passageira, conseguem conversar olhando uma para a outra.

Os equipamentos foram instalados em locais com pouca circulação de pessoas à noite, como a Avenida Tiradentes, nas proximidades do Centro Paula Souza e do Museu de Arte Sacra, no Bairro do Bom Retiro.

O Abrigo Amigo também está disponível nas Avenidas Rangel Pestana e Nove de Julho. Outros locais que contam com o serviço são as paradas de ônibus da Avenida Brigadeiro Luís Antônio e final da Avenida Ipiranga, além de pontos situados na

Avenida Angélica, nos bairros Centro e Santa Cecília.

Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2022 o Brasil atingiu o maior número de feminicídios desde 2015, com 195 registros.

O mesmo ocorreu com a quantidade de casos em que mulheres foram ameaçadas. Em 2022, a entidade registrou mais de 75 mil episódios desse tipo de violência. O mesmo se aplica ao recorte de estupros e estupros de vulneráveis, que indica mais de 11 mil casos ocorridos somente no estado de São Paulo.

SÃO SEBASTIÃO

Governo de SP libera consumo de mariscos e ostras de algumas áreas

As secretarias de Agricultura e Abastecimento, Saúde e Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo anunciaram na segunda-feira, a liberação da retirada de moluscos bivalves, como mariscos, mexilhões e ostras, provenientes dos cultivos de Cigarras em São Sebastião, Itapema em Ilhabela e Itapitangui e Porto Cubat em Cananeia, no litoral paulista.

"A decisão ocorre após análise de resultados dos materiais obtidos em coletas realizadas nos últimos dias 13 e 14 de agosto pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), através da sua Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), e revertida a suspensão de consumo e comércio de moluscos bivalves dessas áreas monitora-

das", disse o governo paulista em nota.

Segue suspensa a retirada dos moluscos em Toque Toque, em São Sebastião, nas áreas de Ubatuba, Cocanha, em Caraguatuba, e em Mandira em Cananeia, áreas que não tiveram materiais coletados.

A suspensão do consumo e venda de moluscos bivalentes no Estado ocorreu após relató-

rios de ensaio de amostras de água coletadas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo no período de 28 de julho a 5 de agosto detectarem a presença de biotoxinas produzidas por microalgas marinhas acima do valor máximo permitido.

EXCLUSIVIDADE

R\$ 250 mi em crédito para empreender feminino

Com a missão de fortalecer o empreendedorismo feminino e promover a independência financeira, o Governo de São Paulo oferece linhas de crédito voltadas exclusivamente às mulheres. Desde o ano passado, já foram liberados cerca de R\$ 250 milhões em linhas dedicadas a elas.

Segundo dados da Fundação Seade, o estado de São Paulo tem

cerca de 2,5 milhões de mulheres empreendedoras. A independência financeira é um dos aspectos que colaboram para a prevenção à violência contra a mulher, tema da campanha do Agosto Lilás.

A Secretária de Políticas para a Mulher, Valéria Bolsonaro, reforça o compromisso do governo com as políticas públicas: "As linhas de créditos demonstram um

firme compromisso com a independência financeira das mulheres. Por meio delas, buscamos não apenas impulsionar o empreendedorismo feminino, mas também contribuir para a prevenção da violência contra elas, já que muitas acabam ficando neste ciclo da violência por conta da dependência financeira com o agressor.

A iniciativa reflete um esforço

contínuo do Governo Estado com as mulheres", diz a secretária.

A Desenvolve SP, agência de fomento ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tem opções para micro, pequenas e médias empresas administradas por elas. As mulheres podem acessar as linhas Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável.

Irapuru I Energia S.A.

CNPJ/MF nº 48.322.643/0001-88

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios fndos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(Não auditado)				(não auditado)	
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		736	1	Contas a pagar		177	–
Total do ativo circulante		736	1	Total do passivo circulante		177	–
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		7.761	–	Capital social		8.320	1
Total do ativo não circulante		7.761	–	Total do patrimônio líquido		8.320	1
Total do ativo		8.497	1	Total do passivo e do patrimônio líquido		8.497	1
Demonstração do Resultado do Exercício Exercícios fndos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios fndos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(não auditado)				(Não auditado)	
Receita operacional líquida		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2021		–	–
Custo de geração de energia		–	–	Aumento de capital		1	1
Lucro bruto		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022		1	1
Receitas (despesas) operacionais		–	–	Aumento de capital		8.319	8.319
Gerais e administrativas		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.320	8.320
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		–	–	Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O			
Resultado financeiro		–	–	Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP 217225/O-5			
Receitas financeiras		–	–	Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68			
Despesas financeiras		–	–	Fernando Mano da Silva – Diretor CPF: 690.436.121-20			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		–	–	<i>As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.</i>			
Imposto de renda e contribuição social		–	–				
Corrente		–	–				
Lucro líquido do exercício		–	–				

Energética Ponte Alta S.A.

CNPJ/MF nº 07.567.556/0001-03

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado dos exercícios fndos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)							
		2023	2022			2023	2022				
		(Em Milhares de Reais)				(Em Milhares de Reais)					
Ativo				Receita operacional líquida		23.813	20.092	Resultado financeiro		119	126
Circulante				Custo de geração de energia		(5.287)	(4.213)	Receitas financeiras		(2.652)	(50)
Caixa e equivalentes de caixa		223	54	Lucro bruto		18.526	15.879	Despesas financeiras		(2.533)	76
Contas a receber		2.816	2.346	Despesas (receitas) operacionais		(1.779)	(2.628)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.185	13.349
Compensaco de variações energéticas		11.187	7.314	Gerais e administrativas		(29)	22	Imposto de renda e contribuição social		(813)	(675)
Despesas antecipadas		106	117	Outras receitas (despesas) operacionais		(1.808)	(2.606)	Corrente		(813)	(675)
Estoques		633	714	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		16.718	13.273	Lucro líquido do exercício		13.372	12.674
Impostos a recuperar		1.080	673	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)							
Outras contas a receber		396	–			Capital social	Legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Total do ativo circulante		16.441	11.218	Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.926	3.266	Retenção de lucros		–	–
Não circulante				Realização da avaliação patrimonial		–	–	–		6.736	–
Imobilizado		33.025	33.924	Declaração de dividendos ocorridas no exercício		–	–	(9.458)		–	(9.458)
Arrendamento Mercantil		58	146	Reversão Reserva Legal para reserva de lucros		–	(80)	80		–	–
Total do ativo não circulante		33.083	34.070	Lucro líquido do exercício		–	–	(0)		–	12.674
Total do ativo		49.524	45.288	Reserva legal		–	–	–		–	–
Passivo				Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–		–	(3.169)
Circulante				Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	9.654		–	(9.654)
Contas a pagar		1.081	1.048	Saldos em 31 de dezembro de 2022		15.926	3.186	13.546		6.588	– 39.245
Impostos e contribuições a recolher		381	252	Realização da avaliação patrimonial		–	–	148		(148)	–
Dividendos a pagar		4.623	4.568	Declaração de dividendos ocorridas no exercício		–	–	(5.911)		–	(5.911)
Arrendamento Mercantil		72	89	Lucro líquido do exercício		–	–	–		–	13.372
Total do passivo circulante		6.156	5.957	Reserva legal		–	–	–		–	–
Passivo				Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–		–	(3.344)
Não Circulante				Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	10.028		–	(10.028)
Arrendamento Mercantil		6	86	Saldos em 31 de dezembro de 2023		15.926	3.186	17.810		6.440	– 43.362
Total do passivo não circulante		6	86	rica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O							
Patrimônio líquido								Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O			
Capital social		15.926	15.926					Marcio Varella Calux – Diretor CPF: 025.917.327-44			
Reservas de lucros		20.996	16.731	<i>As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.</i>							
Ajuste de avaliação patrimonial		6.440	6.588								
Total do patrimônio líquido		43.362	39.245								
Total do passivo e do patrimônio líquido		49.524	45.288								

Energética Salto Natal S.A.

CNPJ/MF nº 07.587.636/0001-20

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Demonstrações do Resultado dos exercícios fndos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
		2023	2022			2023	2022				
		(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)					
Ativo				Receita operacional líquida		21.651	22.017	Resultado financeiro		158	125
Circulante				Custo de geração de energia		(5.065)	(5.145)	Receitas financeiras		9	(23)
Caixa e equivalentes de caixa		734	71	Lucro bruto		16.586	16.872	Despesas financeiras		168	102
Contas a receber		1.926	1.323	Despesas operacionais		(3.013)	(2.633)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.718	14.447
Despesas antecipadas		131	139	Gerais e administrativas		(23)	106	Imposto de renda e contribuição social		–	–
Estoques		740	775	Outras despesas operacionais		(3.035)	(2.527)	Corrente		(723)	(724)
Impostos a recuperar		224	225	Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.551	14.345	Lucro líquido do exercício		12.996	13.723
Outras contas a receber		1	1	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
Total do ativo circulante		3.756	2.534			Capital social	Legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Não circulante				Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.723	1.286	10.088		68.216	–
Imobilizado		87.412	90.707	Aumento de capital		–	–	–		–	89.312
Arrendamento		–	21	Realização da avaliação patrimonial		(2.941)	–	–		(1.627)	–
Total do ativo circulante		87.412	90.728	Declaração de dividendos ocorridas no exercício		–	–	(10.088)		–	(10.088)
Total do ativo		91.168	93.262	Lucro líquido do exercício		–	–	–		–	13.724
Passivo				Reserva legal		–	69	–		–	(69)
Circulante				Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–		–	(3.414)
Contas a pagar		1.464	2.830	Reserva de dividendos complementares		–	–	11.869		–	(11.869)
Impostos e contribuições a recolher		239	98	Saldos em 31 de dezembro de 2022		6.782	1.354	11.868		66.588	– 86.593
Dividendos a pagar		4.405	3.414	Redução de capital		–	–	1.513		(1.513)	–
Arrendamento		5	39	Realização da avaliação patrimonial		–	–	(11.285)		–	(11.285)
Outras contas a pagar		1	288	Declaração de dividendos ocorridas no exercício		–	–	–		–	12.996
Total do passivo circulante		6.114	6.669	Lucro líquido do exercício		–	–	–		–	(3.249)
Passivo				Reserva legal		–	–	9.747		–	(9.747)
Não Circulante				Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–		–	–
Arrendamento		87.412	90.707	Reserva de dividendos complementares		–	–	–		–	–
Total do passivo não circulante		87.412	90.728	Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.782	1.354	11.843		65.075	– 85.054
Total do passivo e do patrimônio líquido		91.168	93.262	Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68							
								Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O			
								Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O			
<i>As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.</i>											

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 09.395.349/0001-44

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado dos exercícios fndos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
		2023	2022			2023	2022				
		(Em Milhares de Reais)				(Em Milhares de Reais)					
Ativo				Passivo				Receita Operacional Líquida		27.738	41.693
Circulante				Circulante				Custo de geração de energia		(15.452)	(21.328)
Caixa e equivalentes de caixa		2.778	56	Contas a pagar		1.063	1.767	Lucro bruto		12.286	20.365
Contas a receber		1.304	4.285	Impostos e contribuições a recolher		851	1.247	Receitas (Despesas) operacionais		(2.486)	(279)
Estoques		2.419	2.416	Dividendos a pagar		7.979	4.403	Outras receitas (despesas) operacionais		(46)	51
Impostos a recuperar		202	150	Arrendamento		147	208	Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(2.532)	(228)
Despesas antecipadas		387	403	Outras contas a pagar		102	417	Resultado financeiro		9.754	20.137
Outros		20	25	Total do passivo circulante		10.142	8.042	Receitas financeiras		489	267
Total do ativo circulante		7.110	7.335	Não circulante				Despesas financeiras		(188)	(363)
Não circulante				Provisão para contingências		3137	2962	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.055	20.041
Imobilizado		195.247	200.858	Arrendamento		17	193	Imposto de renda e contribuição social		(1.196)	(1.502)
Arrendamento		120	319	Total do passivo não circulante		3.154	3.155	Corrente		(1.196)	(1.502)
Depósitos judiciais		113	97	Patrimônio líquido				Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.859	18.539
Total do ativo não circulante		195.480	201.274	Capital social		176.333	176.333	Carlos Gustavo Nogari Andrioli			
Total do ativo		202.590	208.609	Reservas							

Irapuru III Energia S.A.

CNPJ/MF nº 48.511.511/0001-02

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo		2023	2022	Passivo		2023	2022
Circulante		(Não auditado)		Circulante		(Não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa		750	1	Contas a pagar		177	–
Total do ativo circulante		750	1	Total do passivo circulante		177	–
Ativo Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		7.794	–	Capital social		8.367	1
Total do ativo não circulante		7.794	–	Total do patrimônio líquido		8.367	1
Total do ativo		8.544	1	Total do passivo e do patrimônio líquido		8.544	1
Demonstração do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(não auditado)				(Não auditado)	
Receita operacional líquida		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		–	–
Custo de geração de energia		–	–	Aumento de capital		1	1
Lucro bruto		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)		1	1
Receitas (despesas) operacionais		–	–	Aumento de capital		8.366	8.366
Gerais e administrativas		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.367	8.367
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		–	–	Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O			
Resultado financeiro		–	–	Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP 217225/O-5			
Receitas financeiras		–	–	Carlos Gustavo Nogari Andriolli – Diretor CPF: 861.403.379-68			
Despesas financeiras		–	–	Fernando Mano da Silva – Diretor CPF: 690.436.121-20			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		–	–	As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.			
Imposto de renda e contribuição social		–	–				
Corrente		–	–				
Lucro líquido do exercício		–	–				
				Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(Não auditado)				(Não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		–	–	Prejuízo do exercício		–	–
Prejuízo do exercício		–	–	Aumento nos passivos operacionais		–	–
Aumento nos passivos operacionais		–	–	Contas a pagar		177	–
Contas a pagar		177	–	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		177	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		177	–	Fluxo de caixa das atividades de investimento		–	–
Fluxo de caixa das atividades de investimento		–	–	Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(7.794)	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(7.794)	–	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.794)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.794)	–	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		8.366	1
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		8.366	1	Aumento de capital		8.366	1
Aumento de capital		8.366	1	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		8.366	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		8.366	1	Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		749	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		749	1	Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1	–	Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		750	1
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		750	1	Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		749	1
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		749	1				

Irapuru II Energia S.A.

CNPJ/MF nº 48.506.129/0001-00

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo		2023	2022	Passivo		2023	2022
Circulante		(Não auditado)		Circulante		(Não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa		746	1	Contas a pagar		177	–
Total do ativo circulante		746	1	Total do passivo circulante		177	–
Ativo Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		7.773	–	Capital social		8.342	1
Total do ativo não circulante		7.773	–	Total do patrimônio líquido		8.342	1
Total do ativo		8.519	1	Total do passivo e do patrimônio líquido		8.519	1
Demonstração do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(não auditado)				(Não auditado)	
Receita operacional líquida		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		–	–
Custo de geração de energia		–	–	Constituição capital social		1	1
Lucro bruto		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		1	1
Receitas (despesas) operacionais		–	–	Aumento de capital		8.341	8.341
Gerais e administrativas		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.342	8.342
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		–	–	Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O			
Resultado financeiro		–	–	Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP 217225/O-5			
Receitas financeiras		–	–	Carlos Gustavo Nogari Andriolli – Diretor CPF: 861.403.379-68			
Despesas financeiras		–	–	Fernando Mano da Silva – Diretor CPF: 690.436.121-20			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		–	–	As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.			
Imposto de renda e contribuição social		–	–				
Corrente		–	–				
Lucro líquido do exercício		–	–				
				Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(não auditado)				(Não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		–	–	Prejuízo do exercício		–	–
Prejuízo do exercício		–	–	Aumento nos passivos operacionais		–	–
Aumento nos passivos operacionais		–	–	Contas a pagar		177	–
Contas a pagar		177	–	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		177	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		177	–	Fluxo de caixa das atividades de investimento		–	–
Fluxo de caixa das atividades de investimento		–	–	Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(7.773)	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(7.773)	–	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.773)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.773)	–	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		8.341	1
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		8.341	1	Aumento de capital		8.341	1
Aumento de capital		8.341	1	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		8.341	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		8.341	1	Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		745	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		745	1	Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1	–	Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		746	1
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		746	1	Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		745	1
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		745	1				

Irapuru IV Energia S.A.

CNPJ/MF nº 48.565.189/0001-96

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo		2023	2022	Passivo		2023	2022
Circulante		(Não auditado)		Circulante		(Não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa		740	1	Contas a pagar		177	–
Total do ativo circulante		740	1	Total do passivo circulante		177	–
Ativo Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		7.764	–	Capital social		8.327	1
Total do ativo não circulante		7.764	–	Total do patrimônio líquido		8.327	1
Total do ativo		8.504	1	Total do passivo e do patrimônio líquido		8.504	1
Demonstração do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(não auditado)				(Não auditado)	
Receita operacional líquida		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		–	–
Custo de geração de energia		–	–	Aumento de capital		1	1
Lucro bruto		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)		1	1
Receitas (despesas) operacionais		–	–	Aumento de capital		8.327	8.327
Gerais e administrativas		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.327	8.327
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		–	–	Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O			
Resultado financeiro		–	–	Carlos Gustavo Nogari Andriolli – Diretor CPF: 861.403.379-68			
Receitas financeiras		–	–	Fernando Mano da Silva – Diretor CPF: 690.436.121-20			
Despesas financeiras		–	–	As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		–	–				
Imposto de renda e contribuição social		–	–				
Corrente		–	–				
Lucro líquido do exercício		–	–				
				Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(não auditado)				(Não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		–	–	Lucro do exercício		–	–
Lucro do exercício		–	–	Aumento nos passivos operacionais		–	–
Aumento nos passivos operacionais		–	–	Contas a pagar		177	–
Contas a pagar		177	–	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		177	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		177	–	Fluxo de caixa das atividades de investimento		–	–
Fluxo de caixa das atividades de investimento		–	–	Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(1.968)	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(1.968)	–	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.968)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.968)	–	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		2.530	1
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		2.530	1	Aumento de capital		2.530	1
Aumento de capital		2.530	1	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.530	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.530	1	Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		739	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		739	1	Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1	–	Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		740	1
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		740	1	Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		739	1
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		739	1	Informações Complementares:			
Informações Complementares:				Adição sem efeito de Caixa		5.796	–
Adição sem efeito de Caixa		5.796	–				

Irapuru V Energia S.A.

CNPJ/MF nº 48.565.665/0001-79

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo		2023	2022	Passivo		2023	2022
Circulante		(Não auditado)		Circulante		(Não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa		756	1	Contas a pagar		181	–
Total do ativo circulante		756	1	Total do passivo circulante		181	–
Ativo Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		12.154	–	Capital social		12.729	1
Total do ativo não circulante		12.154	–	Total do patrimônio líquido		12.729	1
Total do ativo		12.910	1	Total do passivo e do patrimônio líquido		12.910	1
Demonstração do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022			2023	2022
		(não auditado)				(Não auditado)	
Receita operacional líquida		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		–	–
Custo de geração de energia		–	–	Aumento de capital		1	1
Lucro bruto		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)		1	1
Receitas (despesas) operacionais		–	–	Aumento de capital		6.932	6.932
Gerais e administrativas		–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2023		12.729	12.729
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		–	–	Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O			
Resultado financeiro</							

Lumbrás Energética S.A.

CNPJ/MF nº 08.431.936/0001-89

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	2023	2022		2023	2022		2023	2022
Ativo			Receita operacional líquida	26.004	27.600	Resultado financeiro		
Circulante			Custo de geração de energia	(6.314)	(5.981)	Receitas financeiras	244	226
Caixa e equivalentes de caixa	1.013	53	Lucro bruto	19.690	21.619	Despesas financeiras	(13)	(124)
Contas a receber	2.396	1.770	Despesas operacionais				231	102
Despesas antecipadas	197	213	Gerais e administrativas	(4.359)	(2.939)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.588	18.822
Estoques	651	666	Outras despesas operacionais	26	40	Corrente	(900)	(952)
Impostos a recuperar	32	20				Lucro líquido do exercício	14.688	17.870
Outras contas a receber	35	1	Lucro antes do resultado financeiro	(4.333)	(2.899)			
Total do ativo circulante	4.324	2.723						
Não circulante			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
Depósitos judiciais								
Imobilizado	87.088	89.099						
Arrendamento		46						
Total do ativo não circulante	87.088	89.145						
Total do ativo	91.412	91.868						
Passivo								
Circulante								
Contas a pagar	2.239	3.261						
Impostos e contribuições a recolher	335	221						
Dividendos a pagar	5.138	4.244						
Arrendamento	5	72						
Outras contas a pagar		398						
Total do passivo circulante	7.717	8.196						
Não circulante								
Provisões para contingências	1.045	(1)						
Arrendamento		1.017						
Total do passivo não circulante	1.045	1.016						
Patrimônio líquido								
Capital social	61.862	61.862						
Reservas de lucros	20.788	20.794						
Total do patrimônio líquido	82.650	82.656						
Total do passivo e do patrimônio líquido	91.412	91.868						

Caçador Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.511.174/0001-70

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	2023	2022		2023	2022		2023	2022
Ativo			Receita operacional líquida	55.505	48.087	Resultado financeiro		
Circulante			Custo de geração de energia	(11.286)	(12.620)	Receitas financeiras	404	392
Caixa e equivalentes de caixa	261	11	Lucro bruto	44.220	35.467	Despesas financeiras	(327)	(61)
Contas a receber	8.549	8.607	Despesas operacionais			Corrente	77	331
Despesas antecipadas	145	185	Gerais e administrativas	(4.698)	(2.768)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.543	31.994
Estoques	820	654	Outras despesas operacionais	(54)	(1.036)	Imposto de renda e contribuição social	(2.072)	(1.711)
Impostos a recuperar	1.783	903	Total do passivo circulante	15.095	12.536	Corrente	37.472	30.283
Outras contas a receber	1	1	Patrimônio líquido			Lucro líquido do exercício	37.472	30.283
Total do ativo circulante	11.559	10.361	Capital social	10.542	14.330			
Não circulante			Reservas de lucros	32.044	32.058			
Imobilizado	98.774	102.218	Ajuste de avaliação patrimonial	52.651	53.726			
Arrendamento Mercantil		71	Total do patrimônio líquido	95.237	100.114			
Total do ativo não circulante	98.774	102.289	Total do passivo e do patrimônio líquido	110.333	112.650			
Total do ativo	110.333	112.650						

Linha Emília Energética S.A

CNPJ/MF nº 04.502.673/0001-09

Balancos Patrimoniais levantados em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	2023	2022		2023	2022		2023	2022
Ativo			Receita operacional líquida	53.910	50.822	Resultado financeiro		
Circulante			Custo de geração de energia	(10.442)	(10.290)	Receitas financeiras	386	344
Caixa e equivalentes de caixa	25	39	Lucro bruto	43.468	40.532	Despesas financeiras	(363)	(241)
Contas a receber	8.624	8.248	Despesas operacionais				23	103
Despesas antecipadas	158	195	Gerais e administrativas	(4.892)	(2.814)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.509	37.973
Estoques	850	673	Outras receitas operacionais	(90)	152	Imposto de renda e contribuição social	(1.950)	(1.831)
Impostos a recuperar	1.653	809	Lucro antes do resultado financeiro	38.486	37.870	Corrente	36.559	36.142
Outras contas a receber	1.098	1				Lucro líquido do exercício	36.559	36.142
Total do ativo circulante	101.638	101.943						
Não circulante								
Imobilizado	101.638	101.900						
Arrendamento Mercantil		43						
Total do ativo	114.046	111.908						
Passivo								
Circulante								
Contas a pagar	7.142	1.901						
Impostos e contribuições a recolher	801	438						
Dividendos a pagar	11.259	10.841						
Arrendamento Mercantil	10	60						
Outras contas a pagar		215						
Total do passivo circulante	19.212	13.455						
Não circulante								
Provisões para contingências	782	760						
Patrimônio líquido	94.052	97.693						
Capital social	26.556	32.932						
Reservas de lucros	34.675	31.270						
Ajuste de avaliação patrimonial	32.821	33.491						
Total do passivo e do patrimônio líquido	114.046	111.908						

Irapuru VII Energia S.A.

CNPJ/MF nº 48.567.450/0001-97

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	2023	2022		2023	2022		2023	2022
Ativo			Receita operacional líquida	53.910	50.822	Resultado financeiro		
Circulante			Custo de geração de energia	(10.442)	(10.290)	Receitas financeiras	386	344
Caixa e equivalentes de caixa	746	1	Lucro bruto	43.468	40.532	Despesas financeiras	(363)	(241)
Total do ativo circulante	746	1	Despesas operacionais				23	103
Não circulante			Gerais e administrativas	(4.892)	(2.814)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.509	37.973
Imobilizado	7.759		Outras receitas operacionais	(90)	152	Imposto de renda e contribuição social	(1.950)	(1.831)
Total do ativo não circulante	7.759		Lucro antes do resultado financeiro	38.486	37.870	Corrente	36.559	36.142
Total do ativo	8.505	1				Lucro líquido do exercício	36.559	36.142

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022		2023	2022
Lucro líquido do exercício			Recursos		
Outros resultados abrangentes			Capital patrimonial		
Outros resultados abrangentes líquidos			social		
Total de resultados abrangentes do exercício			líquido		
			de capital		
			Total		
			Capital patrimonial		
			social		
			líquido		
			de capital		
			líquido		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022		2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício			Aumento nos passivos operacionais		
Outros resultados abrangentes			Contas a pagar		
Outros resultados abrangentes líquidos			Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Total de resultados abrangentes do exercício			Fluxo de caixa das atividades de investimento		
			Aquisição de bens para o ativo imobilizado		
			Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
			Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
			Aumento de capital		
			Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
			Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		
			Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		
			Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		
			Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		
			Informações Complementares:		
			Adição sem efeito de Caixa		

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68

Hamilton Ferreira da Silva – Contador CRC: 1SP 217225/O-5	Marcio Varella Calux – Diretor CPF: 025.917.327-44	Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O	Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68	Hamilton Ferreira da Silva – Contador CRC: 1SP 217225/O-5	Marcio Varella Calux – Diretor CPF: 025.917.327-44
---	--	--	--	---	--

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

ELEIÇÕES 2024

Paes evita polarização, mas troca farpas com governador

RAYANDERSON GUERRA/AE

Candidato à reeleição para prefeitura do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), busca se contrapor ao governador Cláudio Castro (PL) em uma estratégia para desconstruir a principal narrativa dos adversários bolsonaristas na disputa, Alexandre Ramagem (PL), apadrinhado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e Rodrigo Amorim (União): o apelo para segurança pública. A relação institucional entre Paes e Castro, adotada durante a gestão do Executivo carioca e o comando do Estado, deu espaço a uma "guerra campal" em entrevistas, debates e redes sociais.

Ao associar Ramagem à política de segurança pública tocada por Castro no governo do estado,

Paes mina a principal arma do ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que é a exploração da ligação com Bolsonaro. O foco do candidato do PSD é desnacionalizar a campanha e evitar uma disputa "Lula x Bolsonaro" em âmbito municipal no berço do bolsonarismo no País.

A primeira troca de farpas ocorreu no debate promovido pela TV Band. Paes deu indícios do que deve ser a tônica da campanha ao associar Ramagem ao governador do Rio, sem citar o ex-presidente Bolsonaro ao menos uma vez.

"Deputado Ramagem, o senhor era aliado do Wilson Witzel, aliado do Cláudio Castro. Vocês mandam na segurança há seis anos. O secretário de Segurança do Rio de Janeiro é indicação sua e do senador Flávio Bolsonaro. O

que você acha das indicações políticas para comandantes de batalhões e delegacias?", questionou Paes a Ramagem.

Já Ramagem seguiu à risca a estratégia de campanha ao chamar Paes de "soldado de Lula". A candidatura de Paes tem o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enquanto Ramagem se apoia na associação a Jair Bolsonaro. Ramagem é uma aposta pessoal do ex-presidente para manter a influência em seu reduto eleitoral.

No fim de semana, Paes voltou a criticar Ramagem e associá-lo a Castro nas redes sociais. O candidato do PSD reagiu a uma notícia do jornal O Globo sobre uma tentativa do governador de desidrar a coligação do prefeito do Rio.

"É isso mesmo: Cláudio Cas-

tro é Ramagem, o Witzel das eleições de 2024! Aliás, os responsáveis pela segurança pública no Rio!", escreveu o prefeito no X (antigo Twitter).

Castro rebateu e disse que Paes "é o maior estelionatário dessas eleições".

Castro, que até a campanha posava ao lado de Paes em agências conjuntas do governo do Estado e da prefeitura do Rio, partiu para o ataque e chamou o candidato do PSD de "traidor" e "nervosinho" - apelido atribuído ao prefeito por empreiteiros da Odebrecht em delação premiada. O caso foi arquivado.

"Aliás, Eduardo é o maior colecionador de traições da história do Brasil: já traiu César Maia, Lula, Dilma, Pezão e o seu sócio e pai, Sérgio Cabral", escreveu Castro.

HABEAS CORPUS

Zanin permite que Garotinho concorra à Câmara de Vereadores

GUILHERME NALDIS/AE

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu um habeas corpus ao ex-governador do Rio Anthony Garotinho (Republicanos), que vai permitir que ele concorra às eleições municipais deste ano. A decisão desta terça-feira passada, suspende os efeitos de uma sentença da Justiça Eleitoral do Rio, cujas provas foram anuladas pelo ministro até que a ação tenha seu julgamento final.

Garotinho foi condenado pela Justiça Eleitoral a 13 anos, 9 meses e 20 dias por compra de votos em troca de um benefício social, o cheque cidadão, para favorecer candidatos a prefeito e vereador em Campos dos Goytacazes (RJ) em 2016. O caso ficou conhecido como Operação

Chequinho. O Estadão procurou o ex-governador para comentar o caso, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Em 2022, um dos denunciados pela operação teve a condenação anulada pelo Supremo, visto que as provas obtidas contra ele foram consideradas ilegítimas. A defesa do ex-governador alegou que as provas relacionadas a ele foram obtidas de forma igualmente ilícita, o que resultou na anulação.

Na decisão, Zanin pontuou que as provas dos dois casos foram obtidas sob as mesmas circunstâncias, o que explica a invalidade das duas.

Anthony Garotinho registrou a candidatura a vereador do Rio na Justiça Eleitoral. O ex-governador informou ter R\$ 196.174,20 em bens.

Santo Ivo Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.591.115/0001-72

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
	2023	2022	2023		2022		2023	2022
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	348	64					(113)	(2)
Contas a receber	805	272			(15)	(14)	(91)	11
Dividendos a receber	1.263	297			2.550	1.178		
Impostos a recuperar	544	361			2.536	1.164	2.444	1.175
Total do ativo circulante	2.960	994			Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.536	1.164	
Não circulante					Resultado financeiro			
Investimentos	28.635	30.026			Receitas financeiras	22	13	
Total do ativo circulante	28.635	30.026					2.094	1.175
Total do ativo	31.595	31.020						
Passivo								
Circulante								
Impostos e contribuições a recolher	463	-						
Dividendos a pagar	254	-						
Total do passivo circulante	717	-						
Não circulante								
Empréstimos a pagar	29.946	31.974						
Total do passivo não circulante	29.946	31.974						
Patrimônio líquido								
Capital social	115	115						
Reservas de lucros	817	(1.069)						
Total do patrimônio líquido	932	(954)						
Total do passivo e do patrimônio líquido	31.595	31.020						

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	115	23	23	(2.267)	(2.129)
Absorção prejuízo acumulado com reserva de lucros	-	(23)	-	2.267	(2.244)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	1.175
Reserva de dividendos complementares	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	115	-	-	(1.069)	(954)
Absorção prejuízo acumulado com reserva de lucros	-	-	-	46	46
Prejuízo do exercício	-	-	-	2.094	2.094
Reserva Legal	54	-	-	-	(54)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(254)
Reserva de dividendos complementares	-	-	-	763	(763)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115	54	54	763	932

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Elera Renováveis Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 02.260.955/0001-03

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	2023	2022	2023		2022		2023	2022
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	215	55					4.924	5.219
Contas a receber	410	2.718			1.060	821	(4.495)	(4.261)
Despesas antecipadas	47	50			128	153		
Estoques	712	645			593	-	430	958
Impostos a recuperar	9	40			37	42		
Outras contas a receber	1	-			-	81		
Total do ativo circulante	1.394	3.508			1.818	1.097		
Não circulante								
Depósitos judiciais	60	52						
Impostos a recuperar - LP	375	375						
Imobilizado	17.595	20.106						
Arrendamento Mercantil	36	84						
Total do ativo não circulante	18.066	20.617						
Total do ativo	19.460	24.125						
Passivo								
Circulante								
Contas a pagar	1.060	821						
Impostos e contribuições a recolher	128	153						
Dividendos a pagar	593	-						
Arrendamento	37	42						
Outras contas a pagar	-	81						
Total do passivo circulante	1.818	1.097						
Não circulante								
Arrendamento - LP	13	54						
Total do passivo não circulante	13	54						
Patrimônio líquido								
Capital social	14.429	14.429						
Reservas de lucros	-	3.105						
Ajuste de avaliação patrimonial	4.788	5.440						
Prejuízos acumulados	(1.589)	-						
Total do patrimônio líquido	17.629	22.974						
Total do passivo e do patrimônio líquido	19.460	24.125						

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.429	1.324	6.092	(3.508)	25.829
Realização da avaliação patrimonial	-	-	(652)	652	-
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	-	-	-	3.508	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	(992)	-	(992)
Lucro do exercício	-	-	-	(1.863)	(1.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.429	1.324	5.440	(1.211)	22.974
Realização da avaliação patrimonial	-	-	(652)	652	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	-	-	(2.992)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.353)	(2.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.429	1.324	4.788	(2.913)	17.628

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Cotiporã Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.589.680/0001-81

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	2023	2022	2023		2022		2023	2022
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	254	86					52.518	48.057
Contas a receber	8.233	8.016			2.327	1.618	(9.100)	(10.582)
Despesas antecipadas	159	194			726	345		
Estoques	549	560			9.258	10.594	43.418	37.475
Impostos a recuperar	1.584	750			5	37		
Outras contas a receber	1	1			-	209		
Total do ativo circulante	10.780	9.607			12.316	12.803		
Não circulante								
Imobilizado	97.589	100.006						
Arrendamento	-	24						
Total do ativo não circulante	97.589	100.030						
Total do ativo	108.369	109.637						
Passivo								
Circulante								
Contas a pagar	2.327	1.618						
Impostos e contribuições a recolher	726	345						
Dividendos a pagar	9.258	10.594						
Arrendamento	5	37						
Outras contas a pagar	-	209						
Total do passivo circulante	12.316	12.803						
Patrimônio líquido								
Capital social	19.132	23.765						
Reservas de lucros	33.416	28.676						
Ajuste de avaliação patrimonial	43.505	44.393						
Total do patrimônio líquido	96.053	96.834						
Total do passivo e do patrimônio líquido	108.369	109.637						

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.765	4.753	29.843	45.534	103.895
Realização da avaliação patrimonial	-	-	-	1.141	-
Redução de capital ocorrido no exercício	-	-	(29.843)	-	(29.843)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	-	(1.485)	(1.485)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.861	31.861
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.594)	(7.594)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	23.923	-	(23.923)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.765	4.753	23.923	44.393	96.834
Realização da avaliação patrimonial	-	-	-	888	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	(23.923)	-	(23.923)
Redução de Capital Social	(4.633)	-	-	-	(4.633)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.033	37.033
Reserva legal	-	(927)	927	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.258)	(9.258)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	27.775	-	(27.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.132	3.826	29.595	43.505	96.053

ALEMANHA

Tribunal mantém pena de ex-secretária nazista ligada a 10 mil mortes

Um tribunal federal da Alemanha rejeitou o recurso de uma ex-secretária nazista de 99 anos e manteve a condenação contra ela por ter participado em mais de 10 mil assassinatos no período nazista. Irmgard Furcher era secretária do comandante da SS, a polícia nazista, que chefiava o campo de concentração de Stutthof durante a 2ª Guerra.

Irmgard foi acusada de fazer parte do aparato de funcionamento do campo, localizado perto da atual cidade polonesa de Gdansk. Ao todo, a Justiça alemã reiterou ontem, a condenação dela pelo papel em 10.505 mortes e em cinco tentativas de assassinato.

Em um tribunal de Leipzig no mês passado, a defesa da ex-secretária levantou dúvidas sobre o conhecimento de Irmgard dos crimes cometidos no local e se ela era de fato cúmplice do que ocorria em Stutthof. Os juízes afirmaram que estavam convencidos de que a ex-secretária tinha conhecimento e "apoio deliberadamente o fato de que 10.505 prisioneiros foram cruelmente mortos por gases e condições hostis do campo" através de seu trabalho no escritório do comandante.

A decisão afirma que a ex-secretária também auxiliou no transporte dos prisioneiros para o campo de extermínio de Auschwitz e nas "marchas da morte" no final da 2ª Guerra.

O julgamento da ex-secretária pode ser o último de cumplicidade com o regime nazista, de acordo com os promotores que acusaram a alemã. Promotores federais em Ludwigsburg afirmam, no entanto, que há mais três casos semelhantes em outros tribunais do país. Com todos acusados em idade avançada, surgem cada vez mais questões sobre a aptidão deles para serem julgados.

O julgamento líder judeu da Alemanha, Josef Schuster, saudou a decisão. "Para os sobreviventes do Holocausto, é extremamente importante que uma forma tardia de justiça seja tentada", disse Schuster, chefe do Conselho Central dos Judeus.

"O sistema legal enviou uma mensagem importante hoje: mesmo quase 80 anos após o Holocausto, nenhuma linha pode ser traçada sob os crimes nazistas", acrescentou.

JULGAMENTOS

O caso de Irmgard Furcher

ner é parte de uma série de processos que se basearam em um precedente de 2011 que condenou o alemão John Demjanjuk como cúmplice dos assassinatos enquanto guarda do campo de extermínio de Sobibor. Demjanjuk, que negou as alegações, morreu antes que seu apelo pudesse ser ouvido.

Antes do julgamento do alemão, os tribunais alemães exigiam que os promotores justificassem as acusações apresentando evidências da participação de um ex-guarda em assassinatos específicos, tarefa descrita como praticamente impossível. O caso Demjanjuk inaugurou as condenações com base em funções exercidas nos campos de extermínio que tiveram assassinatos registrados.

Irmgard foi julgada em um tribunal juvenil porque tinha 18 e 19 anos na época dos crimes, e o tribunal não conseguiu estabelecer com certeza a "maturidade mental" que ela possuía na época.

Na decisão, a juíza Gabriele Cirener escreveu que o fato do campo de Stutthof não ter sido durante todo o tempo um campo que existiu com o único propósito de extermínio, como Auschwitz ou Sobibor, não era relevante para o julgamento. Ela disse que as "condições catastróficas de detenção" e o trabalho forçado ainda levaram à "matança cruel" de presos, mesmo que eles não tenham sido mortos imediatamente.

Inicialmente um ponto de coleta para judeus e poloneses não judeus removidos de Danzig (atual Gdansk), Stutthof foi mais tarde usado como um "campo de educação para o trabalho", onde trabalhadores forçados, principalmente cidadãos poloneses e soviéticos, eram enviados para cumprir penas e muitas vezes morriam.

A partir de meados de 1944, dezenas de milhares de judeus do Báltico e de Auschwitz lotaram o campo com milhares de civis poloneses envolvidos na Revolta de Varsóvia, que tentou libertar a capital polonesa da ocupação alemã e foi brutalmente reprimida pelos nazistas.

Outros encarcerados incluíam prisioneiros políticos, criminosos acusados, pessoas LGBTs e Testemunhas de Jeová. Mais de 60 mil pessoas foram mortas no campo.

ELEIÇÕES EUA

Kamala Harris endossa proposta de Biden de elevação de imposto

A candidata democrata Kamala Harris, atual vice-presidente dos Estados Unidos, apoia os aumentos de impostos que o presidente Joe Biden apresentou em sua recente proposta orçamentária, de acordo com integrantes de sua campanha. O plano orçamentário de Biden incluiu uma série de aumentos de receita, como um imposto mínimo proposto de 25% para pessoas físicas com mais de US\$ 100 milhões de patrimônio.

A aprovação de aumento de impostos em um Congresso dividido ou republicano seria impossível e seria difícil até mesmo se os democratas assumirem o controle. Harris também propôs isenção tributária para trabalhadores que recebem gorjetas, um crédito tributário de US\$ 6.000 para pais de recém-nascidos e um crédito tributário infantil ampliado.

O líder da maioria democrata

ta no Senado, Chuck Schumer, afirmou que um aumento da oferta de moradias acessíveis, redução das emissões de gases de efeito estufa e eliminação dos cortes de impostos da era Trump seriam as principais prioridades dos democratas, se a vice-presidente ganhar a presidência e o controle do partido se expandir para a Câmara após a eleição de novembro. "Moradia é uma necessidade desesperada em toda a América", disse Schumer aos repórteres nesta terça-feira.

Um projeto de lei de reconciliação orçamentária também pode ser uma forma de os parlamentares prometerem cortes nas emissões de gases de efeito estufa além das metas previstas na Lei de Redução da Inflação aprovada em 2022, afirmou o senador democrata. "Fazer os ricos pagarem sua parte justa seria algo a ser feito", acrescentou.

ORÇAMENTO

Poderees chegam a consenso para liberar as emendas Pix

FELIPE PONTES/ABRASIL

Em nota conjunta, os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), bem como representantes do Executivo, anunciaram ontem um consenso sobre novos critérios para a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

O anúncio foi feito após reunião de cerca de quatro horas no gabinete da presidência do Supremo, do qual participaram, além de Barroso, Lira e Pacheco, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. Todos os ministros do Supremo estiveram presentes.

Pelo consenso anunciado, foi garantido por todos que as emendas parlamentares deverão "respeitar critérios de transparência, rastreabilidade e correção". "É preciso saber quem indica e para onde vai o dinheiro,

portanto esse é um consenso que se estabeleceu", afirmou Barroso ao sair do encontro.

Segundo o entendimento alcançado, conforme a nota conjunta, as chamadas "emendas Pix", que permitiam a transferência direta de recursos públicos sem destinação específica a algum projeto ou programa, ficam mantidas, desde que observadas "a necessidade de identificação antecipada do objeto, a concessão de prioridade para obras inacabadas e a prestação de contas perante o TCU (Tribunal de Contas da União)".

A manutenção das emendas Pix se dá com impositividade, segundo a nota conjunta, isto é, com a obrigatoriedade de serem realizadas pelo Executivo. No caso de emendas individuais comuns, elas também ficam mantidas, com impositividade, mas com novas regras de transparência e rastreabilidade a serem estabelecidas em até dez dias pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Já as emendas de bancada, que já são impositivas, devem

ser "destinadas a projetos estruturantes em cada Estado e no Distrito Federal, de acordo com a definição da bancada, vedada a individualização", diz a nota conjunta divulgada nesta terça. Isso significa que as verbas não podem ser divididas entre os parlamentares que compõem as bancadas, que costumavam destiná-las segundo interesses próprios.

As emendas de comissão, por sua vez, devem agora ser "destinadas a projetos de interesse nacional ou regional, definidos de comum acordo entre Legislativo e Executivo, conforme procedimentos a serem estabelecidos em até dez dias".

Outro ponto acordado foi o de que as emendas não podem crescer de um ano para outro em proporção maior do que a alta nas despesas discricionárias do Executivo.

"Considero que o extrato disso (do encontro) é uma solução inteligente e concertada entre os Poderes para buscarmos o que todos nós efetivamente queremos, que é um orçamento

público que chegue na ponta, para projetos para população desse país", disse Pacheco após a reunião.

ENTENDA

A reunião de ontem entre os representantes dos Três Poderes ocorre após o Supremo confirmar, por unanimidade, três liminares (decisões provisórias) do ministro Flavio Dino, que suspendeu as transferências das emendas parlamentares, incluindo as "emendas Pix".

Segundo o Supremo, as liminares seguem mantidas, devendo ser reavaliadas por Dino após o consenso alcançado.

Ao suspender a execução das emendas, Dino atendeu a pedidos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), do PSOL e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Em comum, todos alegaram que a dinâmica atual de liberação de emendas parlamentares não cumpre os critérios constitucionais de transparência, rastreabilidade e eficiência na liberação de verbas públicas.

CNJ

Regra para divórcio, inventário e partilha de bens é alterada

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou ontem, uma alteração que permite que inventários, partilhas de bens e divórcios sejam feitos em cartório mesmo que envolvam menores de idade e pessoas incapazes. Até então, esses trâmites só podiam ocorrer sem passar pela Justiça caso não houvesse menores e incapazes envolvidos no processo. A presença de

advogado, no entanto, continua sendo obrigatória mesmo nesses casos.

Para que esses procedimentos possam ocorrer em cartório, a exigência é que sejam feitos de forma consensual. Além disso, no caso de partilhas há exigência de que haja garantia de que menores e incapazes recebem parte exata a que cada um tiver direito.

Esses casos serão fiscalizados pelo Ministério Público e, caso o órgão considere a divisão injusta, ele remeterá o processo ao Judiciário. A regra permite ainda que, caso identifiquem algo suspeito, os tabeliões dos cartórios também possam encaminhar os trâmites ao juiz.

"A possibilidade da solução desses casos por via extrajudicial ajuda a desafogar o Poder

Judiciário, que conta, atualmente, com mais de 80 milhões de processos em tramitação", argumentou o CNJ em nota enviada à imprensa.

O CNJ explica ainda que para divórcios nos quais os casais tenham filhos menores de idade ou incapazes a guarda da criança, bem como a visitação e o pagamento de pensão deverá ter sido acordado na Justiça.

BELO HORIZONTE

Justiça mineira suspende atividades de mineradora na Serra do Curral

A Justiça de Minas Gerais determinou ontem a suspensão imediata de todas as atividades da mineradora Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) na Mina Corumi, que fica nas proximidades da Serra do Curral. A medida vale para lavra de minério de ferro e transporte de materiais depositados ou extraídos, o que inclui tráfego de caminhões de carregamento de ferro de minério.

A decisão atende ao pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), feito por meio de Ação Civil Pública (ACP) em 24 de julho deste ano. O MP argumentou que a exploração minerária é predatória e ilegal, e que há descumprimento reiterado de obrigações assumidas para a recuperação ambiental da área.

A 9ª Vara Cível de Belo Horizonte também determinou a elaboração de Plano de Fecha-

mento de Mina no prazo máximo de 30 dias. Deve ser apresentado um cronograma executivo e um plano para recuperação de todas as áreas degradadas e alteradas no empreendimento, assim como a definição do uso futuro da área recuperada.

A Empabra será obrigada a contratar, também em até 30 dias, uma auditoria técnica independente para acompanhar as medidas de recuperação das áreas degradadas e garantir a segurança das estruturas do local. A empresa pode pagar multa diária de R\$ 50 mil caso não cumpra as medidas impostas pela justiça.

HISTÓRICO

A extração mineral no local é proibida. Em outubro do ano passado, a Agência Nacional de Mineração (ANM) permitiu a retirada de 800 mil toneladas de mi-

nério que já haviam sido beneficiados e estavam estocados. Com a movimentação de caminhões, moradores das comunidades vizinhas e ativistas do Fórum Permanente São Francisco e do Projeto Manuelzão passaram a questionar os órgãos públicos, pois desconfiavam que a Empabra teria voltado a extrair minério.

As suspeitas de atividade ilegal ganharam força em vistoria da prefeitura de Belo Horizonte em maio desse ano. A mina e todas as atividades da empresa foram totalmente interditadas. Houve autuação por crime ambiental e foi aplicada multa de R\$ 64,9 mil.

A mina Granja Corumi existe desde a década de 1950. Com a Serra do Curral tombada como patrimônio de Belo Horizonte em 1990, as atividades no local foram reduzidas. Em 2007, a Empabra firmou um compromisso

com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para elaborar um plano de recuperação da área degradada. Na época, denúncias indicavam riscos para a integridade do Parque Estadual da Baleia. Diante do descumprimento parcial do acordo, as atividades da mineradora foram embargadas temporariamente pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) em 2018.

No ano seguinte, o relatório final de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte pediu a suspensão definitiva da extração de minério na Mina Granja Corumi. O documento sugeriu ao MPMG que fosse solicitado bloqueio judicial dos bens da Empabra até a resolução das questões trabalhistas e a recuperação da área degradada.

Nota

DELEGADOS DA PF VÃO PROCESSAR EDUARDO E MARCOS DO VAL POR ATAQUES À INSTITUIÇÃO

A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) vai apresentar ações judiciais contra o senador Marcos do Val (Podemos-ES) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por ataques à instituição. A decisão foi tomada ontem, em assembleia da organização. O Estadão tentou contato com Do Val e Eduardo, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem. Serão dois processos separados. Do Val será alvo de uma denúncia-crime na Procuradoria-Geral da República (PGR) e na própria PF por incitação ao crime. Em uma publicação nas redes sociais, o parlamentar publicou uma foto do delegado Fábio Alvarez Shor com a legenda "procurado", insinuando que ele fosse um criminoso. Os associados à ADPF também vão apresentar

uma ação na União contra Eduardo por declarações contra o mesmo delegado e contra toda a PF. Além disso, eles vão entrar com representações nos Conselhos de Ética da Câmara e do Senado contra os parlamentares. As ações devem ser protocoladas ainda nesta semana. Shor conduziu inquéritos do Supremo Tribunal Federal (STF) relatados pelo ministro Alexandre de Moraes, como o dos atos antidemocráticos do 8 de Janeiro e das tentativas de golpe de Estado. As duas investigações miram aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. "A imunidade parlamentar não autoriza qualquer pessoa a propagar acusações infundadas e ofensas que têm o objetivo de constranger o delegado que atuou no estrito cumprimento do dever legal, visando a desqualificar o trabalho técnico e independente realizado pela Polícia Federal", diz a nota da entidade. Na semana passada, o senador foi um dos alvos da Operação Disque 100, deflagrada pela PF.